

Balanço mensal

Queda das reservas e redução das exportações trazem muitos perigos

Simonsen — Parece-me que a razão da deterioração do balanço comercial é inteiramente óbvia. Aqueceu-se a demanda interna, houve uma certa inflação interna, razoavelmente superior à inflação norte-americana, reajustou-se a taxa de câmbio, não se poderia esperar outra coisa. Isso tudo cria incentivos às importações e desincentivos às exportações. Eu acho que, na medida em que o governo realinhe os preços relativos, corte a demanda e faça com que a taxa cambial acompanhe a inflação interna ou diferencial entre a inflação interna e a americana, já que esta última é minúscula hoje, automaticamente o balanço de pagamentos pode melhorar o desempenho. Agora, é evidente que a queda de reservas e a piora da balança comercial não ajudam em nada a negociação externa.

Werneck — O fato é que a demanda interna em alguns segmentos da economia está tão excessiva que está realmente inviabilizando exportações, e há um prognóstico extremamente preocupante, que é a questão de que contratos de exportações a prazos mais longos estão deixando de ser feitos por incerteza quanto a suprimentos. Isso pode ter consequências horrores em 87. O empresário não fecha o contrato porque ele não sabe se vai ter condição de entregar, não por falta de capacidade, mas por incerteza quanto ao fluxo de insumos.

Simonsen — A repatriação do capital está superando a entrada de capital de risco. Essa é a primeira vez que acontece na História do Brasil, dizem as estatísticas.

Cesar Maia — Então, essa situação não impede ter sido o comitê central do capital estrangeiro que decidiu isso, devem ter sido decisões racionais das empresas estrangeiras que tomaram isoladamente as suas decisões e ao mesmo tempo. Existe uma expectativa sobre a economia brasileira muito negativa por parte do capital estrangeiro.

A atitude do Governo nos deixou perplexo: na última reunião, o Conselho Monetário Nacional resolveu incenti-

var o capital estrangeiro a não sair, oferecendo o pagamento de juros. Não sei o que é que ele quis com essa medida. Essa questão é grave e tem reflexos políticos. Estamos aí com uma situação pré-constituinte, eu gostaria de ouvir aí alguém falar sobre isso.

Paulo Rabello — Essa questão do seguro de câmbio denota realmente o nível de preocupação que a gente tem que ter com o setor externo. O Prof. Simonsen costuma dizer sempre que o balanço de pagamentos mata, e é absoluta verdade.

Simonsen — É dizer que a inflação esfolia mas o balanço de pagamentos mata. (Risos).

Werneck — Tenho um comentário a fazer sobre isso, há um outro movimento importante na economia mundial que contribui em parte para esse desinvestimento, que foi um grande número de *take overs* de grandes empresas multinacionais nos últimos meses que fez com que houvesse um rearranjo na distribuição do investimento dessas empresas, muitas vezes implicando em saída do Brasil, quer dizer decisão de não operar no Brasil. Agora, eu acho que qualquer adaptação brusca a isso é totalmente desaconselhável. O Brasil tem uma legislação que já tem aí 20 anos, funcionou perfeitamente, não vejo nenhuma razão para responder a esse movimento por modificações de curso muito bruscas. Há coisas inevitáveis que vão ter que se esperar. Incerteza quanto à Constituinte não há medida nenhuma que vá resolver, isso tem que se esperar acontecer. Os desestímulos que vêm pelo lado do congelamento há também que se esperar. Não vai se mudar uma política dessa por causa de 6 meses de fuga de capital. E há também um outro problema que está ocorrendo, que é algumas empresas transferirem os seus recursos para fora esperando a possibilidade de reconvertê-los, comprar dívida externa brasileira com deságio e tornar a botá-los para dentro. Há um estímulo enorme embutido nisso.

Simonsen — Você tem uma lista enorme de empresas que estão saindo do Brasil.

Márcio Fortes — Eu tenho sido sondado por uma quantidade razoável de empresas estrangeiras desejando sair do Brasil, e barato, é tentador!

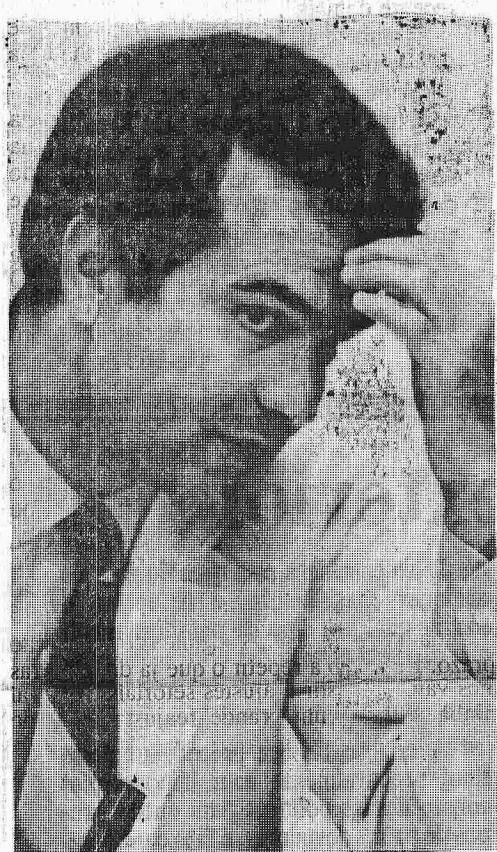
Paul Singer — Eu acho que tem duas coisas aqui. Uma delas, que evidentemente o Governo está ganhando tempo no sentido de ver se consegue equilibrar demanda e oferta um pouco à custa do saldo comercial. Isso está bem evidente desde a importação de leite, carne, agora aço, e muitas outras coisas que importávamos, e as proibições de exportação, também, que naturalmente afetam. A contrapartida disso é a tentativa do Governo de reduzir as remessas a título de serviço da dívida externa. E aí a coisa está bastante complicada. Nós temos a habitual retórica latino-americana em que o Governo fixa 2,5% do Produto Interno Bruto como limite para a remessa, a remessa está bem acima disso, e não se vê propriamente como será alcançado isso sem uma ruptura eventualmente das negociações. Existem também especulações no sentido de se obterem novos créditos, o que é bem diferente do que limitar o volume do serviço da dívida externa. Tudo isso é um complexo de problemas, está ligado à tentativa de ganhar tempo, supondo que com mais tempo as consequências do Plano Cruzado se autocorrijam. Isso a meu ver é um jogo um tanto arriscado, bastante arriscado, eu seria favorável a se reduzir de fato a quantidade de remessas a título do serviço da dívida externa, mas eu preferia que houvesse fatos, mais do que proclamações.

Simonsen — Eu quero saber como é que se fecha essa coisa. Vamos dizer, o governo resolve pura e simplesmente suspender os pagamentos e manter as reservas. Só que no dia seguinte cai o interbancário, que são US\$ 5,8 bilhões lá nos Estados Unidos, vai a zero; caem os créditos comerciais, que são US\$ 12 bilhões, a uma cifra insignificante. Então, como é que se fecha isso? Eu não sei. Eu acho que o que está acontecendo é que o Brasil teria potencialmente excelentes condições para negociar lá fora.

O que dificulta a negociação lá fora, primeiro, é uma retórica ambígua a respeito de FMI. Dizer que nós não aceitamos nenhum monitoramento do FMI só faria sentido se nós nos desligássemos do FMI. Por que o artigo 4º do Estatuto do FMI diz que todo país membro recebe missões anuais de consulta do FMI, que faz aquele relatório etc. Primeiro, é preciso dizer o que é que é condicionalidade. Não existe condicionalidade quando não se pede dinheiro emprestado ao FMI. O monitoramento pode ser muito mais flexível. Segundo ponto que torna mais difícil a renegociação externa são esses dados recentes de piora do balanço comercial e de presumida queda de reservas. Terceiro, a própria saída de capitais estrangeiros do Brasil dificulta a obtenção de créditos novos. Porque é muito difícil quem pedir dinheiro novo a um banco no momento em que os capitais que estão aqui no Brasil começam a querer sair do Brasil.

Bacha — Eu acho que o Brasil, além de tudo, está numa condição privilegiada para tentar mudar as regras de funcionamento do sistema. Eu não acredito, ao contrário do Mário, de que o Brasil esteve perto de dar uma brilhante reentrada num volume de créditos voluntários.

E o que ocorre, então, é que acho fundamentalmente que há a necessidade de uma solução negociada, não contando de que simplesmente através do nosso bom comportamento interno vamos conseguir ter acesso a créditos voluntários, seria muito bom que tivesse, mas nós temos que ter, nós temos que nos comportar internamente bem porque nós estamos com uma situação interna desajustada. Agora, fora disso, negociar externamente uma solução compatível com o aumento da taxa necessária a investimentos no País e, mais do que isso, ter uma participação mais ativa, que acho que com alguns novos diretores que foram recentemente nomeados no Banco Mundial vamos ter, na redefinição das próprias formas de atuação dessas agências financeiras internacionais, o FMI, o Banco Mundial.



Fotos de Luiz Morier

Márcio Fortes, Cesar Maia, Paulo Rabello, Raul Singer e Rogério Werneck: discutem os possíveis caminhos dos ajustes ao Plano Cruzado.